

Bancos vêem o pedido do Brasil

GAZETA MERCANTIL

27 MAR 1987

por Paulo Sotero
de Montreal

O comitê de bancos credores do Brasil deixou de apoiar de forma explícita o pedido brasileiro de manutenção, por sessenta dias, dos cerca de US\$ 15 bilhões das linhas de crédito de curto prazo, a vencer na próxima terça-feira, preferindo, em lugar disso, manifestar seu desejo de manter uma relação mais positiva e de cooperação com o Brasil e de continuar a negociar.

De acordo com um telex de sete itens, que enviou ontem aos mais de setecentos bancos credores do País ao redor do mundo, relatando os resultados das duas reuniões que teve com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, no início da semana em Miami, o comitê "confirmou seu desejo de manter uma relação mais positiva e de cooperação com o Brasil e de continuar a encontrar-se com representantes do governo brasileiro".

O telex, que serviu de in-

trodução a uma longa mensagem assinada pelo ministro da Fazenda, Dilson Fumaro, e por Gros, explicando os desdobramentos recentes da política econômica brasileira e solicitando a manutenção das linhas de curto prazo para março, é, na realidade, a primeira vez, desde o início da crise da dívida, que um pedido de prorrogação de créditos do Brasil não recebe o apoio expresso do comitê.

De acordo com o telex, depois de ouvir a manifestação da "grave preocupação" com a suspensão do pagamento dos juros da dívida e o congelamento das linhas de curto prazo anunciado pelo governo brasileiro em fevereiro, Gros informou aos credores que o Brasil espera apresentar-lhes "brevemente" o programa econômico do País. Mas, até lá, Gros "declarou que o Brasil não proporá medidas interinas para a dívida de médio prazo que vence depois do dia 31 de março". Esses débitos são os vencimentos de amortização do principal de 1986, que se tornam exigíveis no dia 16 de abril, e de 1987, que estão vencendo desde o começo do ano.

Essa postura brasileira foi interpretada pelos banqueiros como reflexo do desejo do governo de não se dispor a aceitar exigências e pressões dos credores.

"No domingo, Gros disse ao comitê que o governo gostaria de ter uma extensão dos créditos de curto e longo prazo por noventa dias", disse um banqueiro a este jornal. "Ele ouviu, em resposta, duas coisas: que os bancos acham noventa dias uma eternidade e eles só considerariam apoiar a solicitação brasileira mediante um pagamento simbólico de juros. Ele testou a idéia de conseguir alguma coisa de graça, o que todo mundo gosta de fazer, mas logo foi informado de que havia um preço a pagar."

Diante disso, informou o banqueiro, o governo brasileiro modificou sua posição inicial. Fez um gesto conciliatório aos bancos, limitando o pedido de manutenção das linhas de curto prazo a sessenta dias, mas reafirmou uma posição dura ao não incluir um pedido de renovação das linhas de longo prazo.

O fato de que a dívida brasileira não estará regida por nenhum acordo a partir de meados de abril abre o campo para um amplo leque de possibilidades. Na hipótese mais pessimista, ela desencadearia uma série de ações de represália contra o País, através do corte de créditos e de ações legais.

Na hipótese otimista, a ausência de um "regime jurídico" para a dívida pode ter consequências positivas, na medida em que abre as portas para a busca de soluções novas e diferenciadas para a questão da dívida, como, por exemplo, a capitalização dos juros. Nos termos dos acordos negociados com o comitê, as soluções diferenciadas, como, por exemplo, a capitalização parcial de juros pelos bancos europeus, não são viáveis.

(Continua na página 26)

Bancos vêem o pedido do Brasil

por Paulo Sotero
de Montreal

(Continuação da 1ª página)

Banqueiros ouvidos por este jornal disseram que provavelmente haverá alguma perda de linhas de curto prazo, mas descartaram como especulação notícias segundo as quais

essas perdas poderiam atingir US\$ 3 bilhões. "Esse tipo de chute revela um desconhecimento do processo", disse um banqueiro e, segundo essa fonte, o comitê de bancos acredita que não houve mudanças da estratégia de negociação do governo brasileiro.